

Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)

Primary school in Rio de Janeiro state:
expansion and transformations (1930-1954)¹

Irma RIZZINI²

Alessandra SCHUELER³

Resumo

Partindo de uma análise dos projetos republicanos de educação escolar engendrados até meados da década de 1930 pelos governos fluminenses, no artigo discutimos o processo de expansão do ensino primário no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1930-1954, focalizando a demanda por grupos escolares no governo de Amaral Peixoto. A pesquisa está centrada nas ações governamentais, contando com um *corpus* documental composto por fontes oficiais. O trabalho corrobora a hipótese de que a expansão expressiva de escolas primárias nas décadas de 1940-1950 foi resultado de esforços articulados envolvendo diferentes instâncias dos poderes públicos e as populações locais.

Palavras-chave: Escolas Primárias. Grupos Escolares. História da Educação. Estado do Rio de Janeiro.

Abstract

This study investigated the process of the primary education expansion between the years of 1930 and 1954, based on an analysis of the educational projects the government of Rio de Janeiro State engendered until mid 1930's. The research was focused on the government actions, thus, we counted on a *corpus* of documents composed of official sources, aiming at the demands for schools called *grupos escolares* during Amaral Peixoto's administration. The study supports the hypothesis that the significant expansion of primary schools within the decades of 1940 and 1950 was the result of articulated efforts involving different government agencies and local population.

Keywords: Primary Schools. History of Education. Rio de Janeiro State.

-
- 1 Trabalho vinculado ao Projeto Integrado de Pesquisa “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961)”, sob a coordenação de Rosa Fátima de Souza (UNESP). Participaram da pesquisa as bolsistas PIBIC/UFRJ, alunas da Faculdade de Educação, Raquel Souza de Barros e Patrícia Dornellas Moreira.
 - 2 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora de História da Educação da Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. Participa do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da UFRJ e do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da UERJ. UFRJ/Faculdade de Educação. Av. Pauster, 250. Campus da Praia Vermelha. Cep: 22.290-240 - Rio de Janeiro-RJ. Tel: (21) 2295-3246. E-mail: <irma.rizzini@gmail.com>.
 - 3 Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2002). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas na mesma Universidade. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro integra o Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ). Av. Pauster, 250. Campus da Praia Vermelha. Cep: 22.290-240 - Rio de Janeiro-RJ. Tel: (21) 2295-3246. E-mail: <alefrotaschueler@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 23	n. 54	p. 877-896	set./dez. 2014
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Projetos republicanos de educação escolar

No conjunto de estudos sobre a educação nas primeiras décadas republicanas, a escola primária, sem dúvida, emerge como instituição fundamental no exercício de uma espécie de *missão* modelar para a organização dos sistemas de ensino público nos estados e municípios da federação, desde as reformas educacionais dos anos de 1890, como, por exemplo, a de São Paulo, conduzida por Caetano de Campos (1893).

O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação⁴ e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros (SOUZA, 1998; SOUZA, FARIA FILHO, 2006; VIDAL, 2006).

No Estado do Rio de Janeiro, que aqui nos interessa mais particularmente, não foi diferente: a expansão da escola primária, do modelo escolar graduado, incluindo os grupos escolares, entre os anos de 1897 e 1954, foi um instrumento importante para os projetos republicanos em disputa, que se tencionavam construir e legitimar, no âmbito de sucessivos governos estaduais (RIZZINI, BARROS, 2013; SCHUELER, 2010). Em que pese a riqueza dos debates, disputas e iniciativas dos governos fluminenses no sentido de expandir a escola primária no interior, esta não tem sido uma problemática muito presente nos estudos de história da educação (SCHUELER, MAGALDI, 2009; SOUZA, 2007).

Assim, no presente artigo, discutimos o processo de expansão do ensino primário no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1930-1954, focalizando a demanda por grupos escolares no governo de Amaral Peixoto. A pesquisa está centrada nas ações governamentais, contando com um *corpus* documental composto por fontes oficiais. O trabalho corrobora a hipótese de que a expansão expressiva de escolas primárias nas décadas de 1940-1950 foi resultado de esforços articulados envolvendo diferentes instâncias dos poderes públicos e as populações locais. O *corpus* documental da pesquisa é composto por fontes oficiais, tais como Relatórios de Interventores do Estado (1930-

4 No modelo da escola graduada, a seriação foi um dos pilares de ordenação temporal, estabelecido em relação direta com outro elemento organizacional da escola moderna, ou seja, a classificação dos alunos mediante o sistema de avaliação por idades e classes de ensino. Conforme Souza (2008) foi, sobretudo, com os grupos escolares que se introduziu – e, progressivamente, se generalizou – a organização dos cursos primários, graduados em três ou quatro séries. Ao introduzir o curso, definiu-se um *per-curso* a ser cumprido pelo aluno ao longo de sua escolarização inicial e criaram-se as condições para o fortalecimento da cultura escolar e da própria escola no interior da sociedade.

1937), Mensagens de Governadores à Assembleia Legislativa do Estado (1900 a 1952) e Relatórios das Diretorias de Ensino e do Departamento de Educação (1940-1955), Legislação do Ensino (Leis e Decretos do Estado do Rio de Janeiro, 1900-1954), além de cartas, correspondências, fotografias, relatórios e outros documentos que integram o acervo privado de Amaral Peixoto, preservado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/Fundação Getúlio Vargas).

Expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1900-1930)

Na primeira década do século XX, tornaram-se significativas as referências às iniciativas de difusão da escola primária, de criação e inauguração de prédios para grupos escolares e/ou de reunião de escolas isoladas, visando à formação de grupo escolar, em várias cidades e regiões do interior, e a afirmação da educação escolar como uma política central. A instrução primária, aliada ao ensino agrícola e profissional, incluindo o ensino técnico para as profissões comerciais e industriais, era a mais alta necessidade do Estado do Rio de Janeiro, conforme diagnósticos de Mensagens Presidenciais sucessivas entre os anos de 1900 a 1910.

Uma importante iniciativa no Estado do Rio de Janeiro era a criação de escolas profissionais, seguindo, aliás, os projetos políticos executados na gestão Afonso Pena/Nilo Peçanha na Presidência da República (1907-1908/1909-1910). Em 1918, era anunciada a inauguração da Escola Industrial Visconde de Moraes (atual Henrique Lage), na cidade de Niterói. Na Mensagem de Agnello Collet registrava-se a existência de 37 grupos escolares, 430 escolas singulares, quatro cursos noturnos, duas Escolas Modelo, três Escolas Normais e uma Escola Profissional (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920). Anunciava-se, ainda, para a sua gestão, a criação de mais quatro grupos escolares, uma escola profissional feminina, além da reinauguração do Liceu de Humanidades de Niterói.

Na administração Raul Veiga (1919-1922), empenhada em restaurar a *Idade de Ouro* e a pujança econômica, cultural e política da Velha Província (FERREIRA, 1989), as Comemorações do Centenário também significaram a execução de um programa de reformas⁵ e construção de prédios para grupos escolares nas

5 Decreto nº 1723, de 29/12/1919 e organização do novo *Regimento Interno das Escolas Isoladas e Grupos Escolares* (Decreto nº 1723, de 29/12/1919) (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920). Houve uma ampla reforma administrativa na estrutura educacional do estado, descrita na Mensagem de balanço final de governo, apresentada em 1922: “[...] criação da Diretoria Geral da Instrução Pública, mudanças no serviço de inspeção escolar; construção de grandes edifícios comemorativos da Independência; adaptação de prédios para fins escolares; revisão dos programas de ensino das escolas primárias aliada ao estabelecimento dos exames anuais; nova regulamentação de Escolas Normais; criação de almoxarifado central para o material escolar; criação de grupos escolares e de uma Escola Anexa para a Escola Normal da capital (incluindo Jardim de Infância, Escola Complementar e formação de professores)” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922, p. 34).

idades do interior. Em 1920, a Mensagem Presidencial indicava a elevação do quantitativo de grupos escolares para 49 e das escolas isoladas para 456. Apesar de não ter sido desprezível a política de difusão de grupos escolares nos anos iniciais da década de 1920⁶, as escolas singulares permaneceram maioria nas áreas rurais e distritais, e também nas áreas suburbanas e periféricas das sedes municipais. Nestas escolas, a frequência média era muito superior daquela observada nos grupos: 16.071 alunos nas escolas isoladas e 5.782 nos grupos⁷. O grosso da população do interior do Estado experimentava, ainda, a casa de escola, em regra unidocente e multisseriada, como forma majoritária de socialização escolar.

Se em São Paulo, conforme nos afirma Rosa Fátima de Souza (2008), os grupos escolares se caracterizaram por serem escolas eminentemente urbanas, até os anos de 1940 do século XX; no caso do Rio de Janeiro, isto não foi uma máxima. A iniciativa de abertura de grupos escolares se expandiu pelo interior fluminense, e alguns relatos apontam que a iniciativa não apenas era bem vinda pela comunidade local, como também, os mais dotados de poderes políticos e econômicos colaboravam para sua abertura, ora cedendo terrenos, ora empregando dinheiro para as obras.

Em 1930, os dados estatísticos contidos nas Mensagens Presidenciais revelavam a existência de 428 escolas isoladas e 65 grupos escolares no Estado do Rio de Janeiro. No final da Primeira República, os grupos escolares, embora não estivessem fora dos programas e das iniciativas governamentais no Estado do Rio de Janeiro, não tiveram sua rede tão expandida, como propagandeava a administração Raul Veiga, no início dos anos de 1920. O sonho de criação de um grupo escolar em cada vila e em cada cidade fluminenses era adiado para as administrações das décadas seguintes⁸.

Nas décadas de 1930 e 1940, reformas nacionais de educação (conhecidas como Reforma Francisco Campos e Reforma Gustavo Capanema) tenderam a conferir organicidade e articulação entre o sistema público nacional e

6 Dados de 1921 apontavam para a existência de 50 grupos escolares e 463 escolas isoladas, sendo destas 161 urbanas e 302 rurais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921). Dados de 1922: 51 grupos escolares e 480 escolas isoladas (Mensagem, 1922, p. 37).

7 As matrículas registradas, porém, eram superiores: nas escolas isoladas, o número de matriculados era de 21.566 e nos grupos escolares de 8.560 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920).

8 Dados de 1932 indicaram o quantitativo de 72 grupos escolares (17 deles com seções de ensino profissional) e 745 escolas isoladas no Estado do Rio de Janeiro. É interessante apontar a existência de 12 cursos noturnos, 7 jardins de infância e 122 escolas particulares subvencionadas pelo erário público (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935).

os sistemas públicos estaduais, sob sua coordenação. Mesmo continuando responsáveis pela oferta da educação primária, os estados passaram a ser submetidos às tentativas de centralização e uniformização da política central. Coerente com o projeto de alfabetização da população, a instrução primária era nomeada como educação popular por excelência. Com o Governo Provisório, a União coordenou as políticas regionais por meio da ação da interventoria federal, por meio da qual eram nomeados homens de confiança da Presidência da República para o governo dos Estados.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, merece destaque a atuação de Ari Parreiras, em dezembro de 1931. Ao iniciar o seu governo, encontrou o sistema escolar sob a égide da reforma educacional de 1928, realizada no governo de Manuel Duarte Silva e inspirada nos preceitos de renovação pedagógica escolanovista. A legislação organizou o ensino em níveis distintos, incluindo: educação pré-escolar (jardins de infância e escolas maternas), primária (escolas de 1º e 2º graus e Grupos Escolares), educação secundária, profissional e normal (formação de professores). O ensino primário concentrava a maior parcela das atividades educacionais do estado, contendo o maior número de estabelecimentos (98,7%) e alunos (97,5%) (FERNANDES, 2009).

No campo educacional, Parreiras criou o Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, por meio do decreto nº 2.293, de 26 de junho de 1933 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935), que substituiu a antiga Diretoria de Instrução Pública do Estado do Rio e reorganizou o sistema de inspeção escolar. Reformou escolas velhas e construiu novas, além de criar o Conselho de Educação e estimular o ensino superior.

Ari Parreiras também buscou articular, no Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho, as ações destinadas à escolarização primária e profissional e aprimorou a fiscalização nas escolas do interior. Conferiu nova organização à educação pré-escolar, criando Casas Maternas autônomas, anexas ao complexo educacional dos principais grupos escolares, especialmente na capital, Niterói. Criou o cargo de Inspetor Geral do Estado, três cargos de Inspetor de Escolas Normais e selecionou dez Inspectores regionais para o ensino primário e profissional, escolhidos entre os candidatos aprovados nos cursos de formação oferecidos pelo Departamento, conforme determinava o decreto nº 2.874, de 03 de fevereiro de 1935 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935). Em 1936, foram criados também cargos de Inspectores Agrícolas para visitaçao dos patronatos, destinados à chamada infância abandonada. Na série documental oficial referente à sua prestação de contas à Assembleia Legislativa (Mensagens do Interventor à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), Parreiras reiterava a sua concepção de que o ensino primário deveria ser dirigido à vida

prática das crianças, nas cidades e no campo, adaptado ao meio e às necessidades do interior fluminense, considerado por ele como *essencialmente agrícola*. Nos patronatos, nas escolas e nos grupos escolares das regiões interioranas incentivava a criação de clubes agrícolas e escolas-granjas, nos moldes daquelas propostas pela modalidade de Escolas Típicas Rurais, regulamentadas pelo Decreto nº 196-A, de 24 de dezembro de 1936.

Nos relatórios da gestão de Ari Parreiras é possível acompanhar a continuidade do movimento de construção de prédios para o funcionamento de grupos escolares e escolas isoladas, destinadas às populações da capital e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Em 1932, a estatística oficial registrava o número de 72 grupos escolares, 17 deles contendo seções de ensino profissional; 745 escolas isoladas, 12 cursos noturnos, sete jardins de infância e 122 escolas particulares subvencionadas pelos cofres públicos. Além das escolas estaduais, 603 estabelecimentos de ensino primário eram mantidos pelos municípios. Em 1935, ao final do seu governo, o Estado possuía o total de 1.643 escolas primárias, contando com a matrícula de 100.677 crianças. Frequentavam, porém, em torno de 60%, com destaque para a presença e permanência superior das meninas nas escolas em relação aos meninos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1935). A construção de prédios próprios para as escolas e a reforma dos já existentes foi uma marca da política de financiamento educacional na década, sob a colaboração e coordenação da iniciativa de cunho nacional estimulada pelo Ministério da Educação e Saúde. Grupos escolares eram construídos, reformados e ampliados, passando alguns a conter 12, 20 e ou 22 salas de aula⁹.

No ano de 1937, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registravam a existência de 118 grupos escolares e 1.618 escolas singulares no território fluminense. Nos anos de 1937 a 1945, é sabido que a interventoria de Amaral Peixoto conferiu uma política de continuidade à expansão da escola primária para o interior do Estado, com a instalação de grupos escolares e escolas típicas rurais, o que também se nota, apesar de suas diferenças de propósitos e concepções, nos anos de 1951 a 1954, no governo eleito de Amaral Peixoto (FERNANDES, 2009).

9 Prefácio de Lourenço Filho ao relatório de Rubens Falcão. *Novos Caminhos da Educação Fluminense*, Rio de Janeiro, 1946, p. 10.

Transformações da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1937-1954)

A política fluminense, no período de 1937 a 1945, foi caracterizada pelo predomínio do chamado *amaralismo*¹⁰, movimento forjado pelo interventor Ernani do Amaral Peixoto¹¹ e seus correligionários no período do Estado Novo, mas que manteve sua hegemonia, no Rio de Janeiro, após o fim deste regime, com a retomada da liderança do estado por Amaral Peixoto, nas eleições ocorridas em 1950. O interventor alinhou conexões com lideranças interioranas, por meio de contatos pessoais com prefeitos e aliados nas viagens aos municípios, nas reuniões no Palácio do Ingá e na troca de correspondências, articulando interesses diversos a partir de um anseio comum: a restauração e a reinvenção de uma identidade fluminense, apropriando-se de uma retrospectiva histórica baseada na exaltação ao passado glorioso da província. O grupo catalisou as aspirações de reconhecimento e retorno a uma idade de ouro que o Rio de Janeiro teria vivido no período imperial (FERNANDES, 2009).

A política educacional, amparada na ampliação e renovação da rede escolar dos municípios do interior, contribuiu para o estabelecimento de alianças com as lideranças e a população locais (COSTA, 2006; FERNANDES, 2009; PEIXOTO, 1986). As escolas primárias, especialmente as do interior, se constituíram enquanto centros de assistência social e de irradiação da cultura fluminense e de valores cívicos, com seus programas de ensino e atividades extraclasse, tais como pelotões de saúde, missões culturais, bibliotecas, clubes agrícolas, colônias de férias, teatro de marionetes e cinema educativo¹².

10 Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara em 1975, “[...] ocorreu o embate entre amaralistas e chaguistas, do qual saiu vitorioso o grupo liderado por Chagas Freitas, líder político do Estado da Guanabara e, conseqüentemente, da Cidade do Rio de Janeiro” (COSTA, 2008, p. 19).

11 Ernani Amaral Peixoto (1905-1989) nasceu no Rio de Janeiro, em 1905, tendo ingressado na Escola Naval em 1923. Formou-se em engenharia geográfica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1930 deu apoio ao movimento político-militar que levou Getúlio Vargas à presidência da República e, em 1933, foi nomeado ajudante-de-ordens da presidência. Em novembro de 1937, poucos dias antes da implantação da ditadura do Estado Novo, foi nomeado interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1945. Em 1939, casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente da República. Em outubro de 1950, foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que Vargas retornava à presidência da República. O dirigente manteve-se vinculado à vida política do país nas décadas seguintes (MOREIRA; SOUSA, 2010).

12 A respeito, ver Falcão (1946, 1951) e Hees (2000).

No interior fluminense, o interventor federal Amaral Peixoto iniciou a construção das escolas típicas rurais a partir de 1938, modalidade escolar prevista pelo regulamento da instrução pública primária de 1936 (DECRETO nº 196-A, de 24/12/1936), com a proposta de “[...] reconstruir a vida rural dentro de seus muros”, uma ‘granja em miniatura’ voltada para os problemas da vida do campo e as soluções mais racionais para cada caso” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1945, p. 2, grifo do autor). Até 1945, 40 municípios receberam 42 escolas, com área para cultivo agrícola. No período da governadoria, o dirigente retomou o programa, totalizando 94 estabelecimentos até 1955 (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, 1962)¹³.

Na capital Niterói e nas cidades do interior a política educacional se centrou na criação dos grupos escolares, tanto no período da interventoria quanto da governadoria, embora a concentração maior de matrículas tenha permanecido com as escolas singulares. A modalidade grupo escolar passou a ser ansiada pelas pequenas localidades com tendência à concentração populacional e diversificação das atividades econômicas identificadas com o mundo urbano. Em 1937, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Estado registrou 118 grupos escolares e 1.618 escolas isoladas (BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1942); em 1952 eram 174 grupos escolares e 1.093 estabelecimentos identificados como *escolas primárias*, distintos da escola típica rural, que comparecia nas estatísticas com 44 unidades (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1952, p. 4). Em 1954, 1.169 unidades foram designadas como *escolas* e 213 como *grupos escolares*. A construção de grupos não cessara: 19 deles ficaram fora da estatística porque seus prédios não estavam concluídos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1954).

Os números indicam uma tendência de redução das escolas isoladas frente ao investimento na criação dos grupos¹⁴. Não há como dimensionar o fenômeno aqui, mas alguns desses grupos foram instalados por solicitação dos moradores, como indicam os requerimentos feitos pelos deputados da Assembleia Legislativa do Estado, conforme analisamos mais à frente. Na análise da interiorização dos grupos escolares serão enfatizadas as visões e a participação dos grupos locais nesse processo¹⁵.

13 A respeito das escolas típicas rurais, ver Barros (2012), Dias (2012), Fernandes (2009), Rizzini e Barros (2013).

14 Conforme averiguado no Decreto nº 1.213, de 20 de dezembro de 1941, várias escolas isoladas tiveram o ensino suspenso por falta de frequência regulamentar e pelo crescimento dos grupos escolares e das escolas típicas rurais. Pretendia-se que tal modelo escolar fosse substituído pelos grupos escolares e pelas escolas típicas rurais, com o espaço escolar redimensionado para atender a novas propostas pedagógicas e assistenciais, abarcando o público atendido nas escolas isoladas.

15 As primeiras menções da presidência do estado à criação de grupos escolares encontram-se na Mensagem de 1897. Ao longo da Primeira República foram instalados 65 grupos escolares na capital e no interior, com o apoio municipal e de particulares, tais como, fazendeiros, políticos e famílias locais (SCHUELER, 2010).

Com relação às matrículas, verifica-se uma tendência de crescimento no período da interventoria e de queda no interregno entre as duas gestões de Amaral Peixoto, voltando a crescer até o final do governo dele (Tabela 1). As oscilações corroboram a hipótese do investimento do governo amaralista na ampliação do acesso à escola primária, entretanto, as deficiências dos serviços de estatística e seus usos políticos, além da grande distância entre matrícula e frequência escolar, nos levam a olhar com cautela para esses dados. Os quadros estatísticos relativos às construções escolares nos municípios, publicados em 1954 na *Revista de Estudos Pedagógicos*, divulgam a construção de 88 grupos escolares, 96 escolas rurais e a ampliação de 35 escolas, totalizando 220 prédios escolares construídos/reformados entre 1951 e 1954, a grande maioria situada no interior (QUARESMA, 2010).

Tabela 1 - Matrícula e frequência das unidades escolares (Estado do Rio de Janeiro, 1930-1958)

Ano	Matrícula	Frequência média
1930	96.532	62.761
1944	Geral: 167.759	118.337
1951	Geral: 110.492	-
1954	Geral: 143.956	-

Fonte: Mensagens lidas pelos Presidentes do Estado vigentes perante a Assembleia Constituinte (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1954).

A política educacional do Estado era gestada no interior da Secretaria de Educação e Saúde Pública, criada em novembro de 1938, com dois departamentos, o de Educação e o de Saúde. Ruy Buarque de Nazareth comandou a Secretaria até 1942, tendo Rubens Falcão como chefe de Gabinete. Em 1943, este aparato administrativo foi extinto e a gestão do sistema escolar fluminense foi transferida para Secretaria do Interior e Justiça através do Departamento de Educação, setor estreitamente ligado ao interventor e coordenado por Rubens Falcão até 1945¹⁶. Em 1946, é restabelecida a Secretaria de Estado de Educação e Saúde; em 1947, torna-se Secretaria Estadual de Educação e Cultura, reestruturada em 1954, visando “[...] diversificar o atendimento a alguns segmentos específicos, através de Inspetorias especializadas, como: Educação de Adultos, Típicas Rurais, Escolas Praianas e Educação Especial, além das 15 Inspetorias Regionais” (QUARESMA, 2010, p. 51).

16 O bacharel Rubens Falcão (1901-1995) atuou no magistério e foi inspetor de ensino em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro antes de assumir a coordenação do Departamento de Educação. Exerceu funções na área da educação federal e publicou obras literárias e técnicas de cunho educacional (GURGEL, 1950).

Os municípios não ficaram à margem no processo de interiorização da escola primária, porém, no caso dos grupos escolares, o maior investimento coube ao governo do estado, ao vincular uma imagem de restauração da grandeza fluminense ao aparato educacional implementado, como as escolas típicas rurais e os novos prédios dos grupos escolares. Destarte, frente às diferentes modalidades de escolas existentes no período da interventoria e da governadoria de Amaral Peixoto, destaca-se o investimento na criação de grupos escolares, com a construção ou a adaptação de prédios para esse modelo de escola, identificado com um ideal de modernidade pedagógica. Foram vários os indicadores de diferenciação dessa instituição em relação às outras modalidades escolares, como o tempo escolar, em termos da carga horária diária de aula e duração do curso, a arquitetura dos edifícios, a formação dos professores, o programa de ensino e a localização da escola. Pode-se pensar, também, na sua vinculação política com os líderes do estado e da nação, na medida em que algumas das instituições mais valorizadas foram nomeadas em homenagem às principais figuras políticas, como Getúlio Vargas.

Esse modelo de escola passou a contar, na gestão de Amaral Peixoto, com maiores investimentos para a construção de prédios apropriados ao ensino graduado, sendo que as escolas construídas na capital apresentavam um estilo arquitetônico que as diferenciava das antigas casas em estilo colonial, que costumavam abrigar os grupos escolares até a década de 1930. Como premissa, os grupos deveriam receber professores capacitados, formados nas escolas normais oficiais ou nas particulares equivalentes, mobiliário moderno e material didático fornecidos pelo Estado. Esta escola primária graduada tinha o prédio escolar dividido em salas de aula, os alunos eram agrupados homogeneamente de acordo com seus conhecimentos, consolidando a sua série e classe respectiva. Os serviços prestados dentro das instituições ocorriam de forma hierarquizada e havia uma divisão no trabalho dos docentes. Com duração de cinco anos¹⁷, os conteúdos ensinados no curso deveriam passar do aprender a ler, escrever e calcular, formando um cidadão com consciência de sua nacionalidade e amor à pátria, e também ter algum preparo para o mercado de trabalho. O curso primário compreendia, segundo determinação do regulamento da instrução pública primária de 1936 (Decreto nº 196-A, de 24/12/1936, art. 115), as seguintes disciplinas: linguagem (leitura, escrita e linguagem oral), matemática, geografia, história do Brasil e noções de história da civilização, instrução moral e cívica, noções de ciências físicas e naturais, desenho, caligrafia, trabalhos manuais, canto e educação física.

17 O curso primário tinha a duração de três anos para as escolas isoladas e de quatro para as escolas típicas rurais.

Essa modalidade de escola foi associada ao meio urbano, como símbolo de modernidade, em sua materialidade (os prédios imponentes) e na representação de ensino que passa a ensinar: organizado, metódico, mais complexo e longo. Desse modo, ela surge como uma instituição destinada ao alunado associado ao meio urbano e dissociado da vida rural e de suas atividades laborativas.

As fotos dos grupos escolares construídos no período impressionam pela imponência dos prédios, com linhas modernas. O Grupo Escolar Getúlio Vargas, que levou o nome do protetor político do interventor e chefe máximo da nação, é um exemplo da escola representada como *moderna*, destinada não apenas à formação dos alunos e das alunas, pois sobre ela também debruçava-se a expectativa do aperfeiçoamento dos docentes e da experimentação pedagógica visando sua aplicação na rede escolar.



Fonte: CPDOC/FGV. Grupo Escolar Getúlio Vargas – Niterói, 1942. AVAP foto 19, nº 25. Identificação feita por Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

A despeito da produção textual e iconográfica disseminada para divulgar a excelência das iniciativas educacionais do grupo amaralista, as queixas e reivindicações da população puderam eclodir por meios diversos, no governo de Amaral Peixoto, após o Estado Novo. As indicações dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado são importantes para uma análise das deficiências percebidas pela população em relação aos grupos escolares, que não condiziam com os ideais de modernização preconizados. Além disso, não conseguiam atender à demanda

da população por escolarização nessas instituições. A propaganda em torno dos grupos escolares criou expectativas na população, quando as fontes indicam um aumento na procura por esse tipo de escola.

No período da governadoria, o programa de ampliação da rede escolar seguiu a orientação do período da interventoria, tendo em vista a revalorização da vida dos municípios, permanecendo a tradição verificada na Primeira República da colaboração de particulares através da doação de terrenos para a instalação dos grupos. Para esse período, encontram-se no Arquivo da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pareceres favoráveis às indicações dos deputados, atendendo a diversos pedidos da população residente nos distritos e nas cidades do interior, incluindo queixas quanto às deficiências das várias modalidades de escola, mas, principalmente, pedidos para a construção de grupos escolares na sua região. Em alguns dos pareceres os deputados das comissões não se esquivaram de lembrar ao executivo o compromisso do governador com “[...] os importantes problemas de ensino [...]” e os “[...] tão bons e relevantes serviços [...]” que “[...] prestou e prestará à instrução pública do Estado” (ALERJ, Indicação nº 313/1951, 6/08/1951, Comissões de Educação e Saúde e Finanças. Parecer à Indicação nº 91/1951, 4/04/1951). Estratégias discursivas que também atendiam às redes políticas e sociais dos deputados, as quais envolviam o poder executivo e as populações locais. Ao emitir um parecer favorável à construção de um grupo escolar, a Comissão de Finanças da Assembleia incluiu um texto destacando a atuação dos deputados na instrução pública em resposta aos anseios daqueles que os elegeram:

O Legislativo Estadual está de parabéns. Inúmeros são os deputados que vêm se preocupando com a instrução pública. Os mais distantes rincões de nossa terra, chegam, cheios de angústias, apelos e mais apelos desses porta-vozes dos anseios do povo. Devemos orgulhar-nos que tal suceda, pois assim, verificam aqueles que nos elegeram, que não somos indiferentes aos problemas que nos afligem. (ALERJ, Comissão de Finanças. Parecer à Indicação nº 337/1951, 21/05/1951).

Os grupos eram localizados, de preferência, na sede dos municípios, especialmente os dotados de prédios construídos pelo governo, dando visibilidade ao progresso e à modernidade pretendidos para aquela sociedade. Contudo, as vilas, localizadas nos distritos, não ficaram à parte deste movimento. Localidades com significativa população identificada como em *idade escolar*, *estado escolar* ou em *idade de alfabetização* reivindicaram a construção de grupos para atender à demanda por instrução, como ocorreu com a Vila de Itatiaia, cujo grupo, com capacidade para 200 crianças, atendia a mais de 400, de acordo com o parecer emitido pela Comissão de Finanças da Assembleia

(ALERJ, Comissão de Finanças. Indicação nº 313, 19/09/1951). A argumentação do desenvolvimento das localidades associado à escolarização das crianças também foi empregada nas justificativas para a aprovação das indicações. Este foi o caso da Comissão de Educação e Saúde da ALERJ, ao apoiar o pedido de instalação de um grupo escolar em Itaipava, 3º distrito de Petrópolis, alegando que “[...] Itaipava pela sua população, pelo desenvolvimento que vem tendo, pelo progresso local na amplitude do termo, pelo grande número de crianças em idade escolar, está a exigir essa providência” (ALERJ, Comissão de Educação e Saúde. Indicação nº 172/51, 26/9/1951).

A situação das escolas dos distritos dos municípios do interior se incompatibilizava frente às representações sobre a escola adequada em termos arquitetônicos e pedagógicos, a ser materializada no grupo escolar com prédio próprio, conforme indiciam os pedidos de construção de novos estabelecimentos para substituir os antigos. Os antigos grupos escolares instalados em casas adaptadas alçavam a condição de estabelecimentos inadequados para a função proposta. Mesmo nos distritos em que não havia grupo escolar, o pedido vinha com acompanhado do termo *construção*, como foi o caso do parecer aprovando a sugestão de construção de um grupo escolar em um distrito de Campos (ALERJ, Comissão de Finanças. Indicação nº 377/1951, 5/12/1951). Outro deputado, por meio da indicação nº 337/1951, sugeria que o “[...] Poder Executivo mande examinar a situação escolar no Distrito de Portela, município de Itaocara, a fim de ser constatada a necessidade de um edifício adequado ao funcionamento de um grupo, compatível com as modernas exigências da pedagogia”. A Comissão de Finanças deu parecer favorável ao pedido, “[...] a fim de atender o grande número de alunos matriculados” (ALERJ, Comissão de Finanças. Parecer à Indicação nº 337/1951, 21/05/1951).

As indicações dos deputados, com pedidos de auxílio para a manutenção das escolas, a ampliação das salas de aula, a aquisição de materiais necessários para o ensino e a contratação de professores, são encontrados repetitivamente, com alertas de perda de alunos por falta de acomodações para a crescente procura por matrículas.

Sugiro ao Sr. Governador determinar uma inspeção no Grupo Escolar de São Gonçalo, no 3º distrito de Campos, no sentido de ampliar suas salas, bem como dotá-las de mais cadeiras, pois, muitas crianças, (mais de duzentas) deixaram de ser matriculadas este ano. (ALERJ, Comissão de Educação e Saúde. Parecer à Indicação nº 34/1952, 31/03/1952).

Os pedidos de construção de grupos escolares também ocorriam em lugares próximos a vilas operárias para atender aos filhos dos trabalhadores em escola que, junto à fábrica, contribuísse para o progresso e a grandeza do país.

É, incontestavelmente, um grande benefício que o governador Amaral Peixoto prestará àquela Vila, cujos habitantes, na sua maior parte, são operários, homens que acionam a alavanca do progresso e da grandeza do Brasil, dentro das fábricas e das oficinas. Justo, pois, que se lhes dê um prédio condigno para aprimorar a educação e a inteligência de seus filhos. (ALERJ, Comissão de Finanças. Parecer à Indicação nº 175/51, 3/07/1951).

Moradores das localidades identificadas como rurais, mas que sofriam transformações com a expansão das cidades para as áreas periféricas, lançavam suas vistas para os grupos escolares e suas especificidades educacionais que os distinguiam e afastavam do mundo rural. Essa população, intermediada pelos políticos que a representavam, buscou formas de reivindicar a modalidade de escola que considerava adequada de acordo com as representações de escola e de cidade compartilhadas. O parecer à indicação nº 175/1951 aponta para as relações entre a escola, a cidade, a periferia e a população, quando foram requeridas obras para a transformação de uma Escola Típica Rural de Carambita em Grupo Escolar, com base na pressão sofrida pela localidade com a expansão da cidade de Valença, situada no Vale do Paraíba, e no tipo de ensino oferecido pela escola. O documento atesta que a escola vinha sofrendo transformações não só no ensino, como também no seu espaço físico, pois não havia mais ensino rural e, nem tampouco, necessidade de manter área destinada ao cultivo agrícola. Sob a argumentação de que atendia *aos interesses e justos reclamos do povo Valenciano*, o pedido do deputado se ancorava no fato do prédio estar

Agora situado no perímetro urbano da cidade de Marquês de Valença, e que a escola agora funciona apenas como estabelecimento de ensino primário e não mais como Típica Rural. De fato, o aumento das construções em Marquês de Valença faz [sic] com que a área urbana fosse ampliada e a Escola Típica cercada de habitações, entre elas cinquenta pertencentes as ferrovias da Central do Brasil. (ALERJ, Comissão de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Parecer à Indicação nº 175/51, 12/06/1951).

É possível inferir que as escolas tenham servido de instrumentos de mediação entre lideranças e as populações locais visando a consolidação dos projetos políticos da rede amaralista, e de outros atores que depositaram na educação escolar expectativas de atendimento a interesses diversos. Os quadros estatísticos publicados em 1954 na *Revista de Estudos Pedagógicos* nos levam a inferir que pelo menos parte dos requerimentos dos deputados encontrou respaldo junto ao poder executivo, pois várias das localidades citadas nos pedidos tiveram escolas construídas, estavam em

construção ou a iniciar pelo governo do estado. Dos pedidos citados neste trabalho, constam nos quadros, retirados do *Boletim do Departamento de Divulgação do Estado do Rio*, de junho de 1954, a conclusão da construção do grupo escolar em Itatiaia no ano de 1953; o de Portela (município de Itaocara) encontrava-se em construção, estando previsto o início das obras do grupo de Itaipava em 1954, junto com o de Pedro do Rio, distrito vizinho. A escola de Carambita, município de Valença, sofreu ampliação em 1952. O município de Campos foi contemplado com sete novos grupos, quatro a terem suas obras iniciadas em 1954 (REVISTA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1954, p. 182-191).

Considerações finais

Ao analisarmos o processo de expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro, verificamos que perdurou, por longo tempo, uma modalidade específica, ou seja, a escola isolada ou singular. Na primeira metade do século XX (1890 a 1954), o modelo de escola graduada e os grupos escolares não se constituíram em alternativa às culturas escolares até então predominantes: as escolas isoladas e singulares, majoritariamente localizadas nas áreas rurais, nos distritos, mas também nas sedes de municípios. O que se percebe, mesmo após a intensificação do processo de difusão da escola graduada e da criação de grupos escolares, nos anos de 1937 a 1954, é a coexistência destas modalidades de escola.

Em todo o período, houve clara predominância nos dados referentes à quantidade, matrícula e frequência para as escolas isoladas rurais e distritais, o que corresponde inclusive às características de densidade demográfica regional e nacional (até 1930 cerca de 70% da população brasileira ocupava áreas rurais). No Rio de Janeiro, mesmo com o incremento da urbanização e da migração para as cidades, na década de 1940, o grosso da população do interior experimentava, ainda, a *casa de escola* como forma majoritária de socialização escolar.

Nas zonas rurais, apesar da pouca expressividade da cultura letrada, e de que a inserção no mundo do trabalho não demandava diretamente a aquisição da língua escrita, um número expressivo de pais moradores do campo investia na instrução como condição de ascensão social, demandando do Estado a abertura de escolas públicas, ou mesmo financiando a criação e manutenção de escolas privadas. Em regra, a escolarização era diferenciada, com dois anos de duração nas escolas isoladas e nas escolas reunidas, enquanto nos grupos escolares era previsto um percurso mínimo obrigatório de quatro anos. As escolas isoladas enfrentavam não apenas a precariedade da infraestrutura e material didático, como seus professores recebiam salário inferior, sendo muitas vezes responsáveis pelo

aluguel do local de funcionamento das mesmas. Todos estes fatores resultaram em índices acentuados de evasão e repetência, na comparação com os índices das escolas urbanas, apontando para a baixa eficácia da instrução da população rural (GOUVÊA, SCHUELER, 2012).

No entanto, os limites no processo de difusão e legitimação da escola primária não nos impedem de perceber que a educação pública esteve no centro dos debates das políticas governamentais, tendo sido instrumento fundamental para implementação de projetos republicanos, em disputa, que se tencionavam construir e legitimar, no âmbito de sucessivos governos estaduais no Rio de Janeiro.

Referências

(ALERJ). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Indicações dos deputados e pareceres da Comissão de Agricultura, Viação e Obras Públicas, Comissão de Educação e Saúde e Comissão Finanças**. Niterói, 1951-1952.

ALVES, Claudia; VILELLA, Heloisa. Niterói educação. Histórias a serem escritas. In: MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUSS, Paulo. (Org.). **Cidade Múltipla** - temas de história de Niterói. Niterói: Livros, 1997. p. 186-216.

BARROS, Raquel Souza de. O emaranhado político amaralista e o alastramento da educação rural fluminense (1937-1955). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, História da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012.

BRASIL. Ministerio da Educação e Saúde. **Organização do ensino primário e normal. XIII**. Estado do Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Boletim n. 16, 1942.

CÂMARA, Sônia; BARROS, Raphael. Por um projeto escolar modelar: a constituição dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância (1889-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 277-298.

COSTA, Rafael Navarro. Como se constrói uma cultura política: a formação do grupo amaralista e o domínio do “comandante” na política fluminense. In: SIMPÓSIO DE POLÍTICA E CULTURA: DOCUMENTOS E ABORDAGENS, 2., 2006, Vassouras. **Anais...** Vassouras: Universidade Severino

Sombra, 2006. p. 1-17. Disponível em: <http://www.uss.br/arquivos/pdfs-simposios2/Rafael_Navarro_Como_se_constroi_uma_cultura_politica.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012.

_____. **Tecendo as redes da política:** articulações e projetos na construção do amaralismo. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras:** processos de escolarização no Distrito-Sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Educação. Documentos relativos à administração do Setor de Educação Pública durante interventoria no Estado do Rio de Janeiro. **As Escolas Típicas Rurais. Suas finalidades. Seu funcionamento.** Niterói: 1945. (Mimeo). (CPDOC\FGV. EAP. 45.04.05.int).

_____. Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório de atividades.** Niterói: 1952. (Mimeo). (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Agnello Collet, na sessão inaugural de 1º de janeiro de 1919.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1919.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Raul de Moraes Veiga, na sessão de 01 de agosto de 1920.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Raul de Moraes Veiga, na sessão de 01 de agosto de 1921.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1921.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Raul de Moraes Veiga, na sessão de 01 de agosto de 1922.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1922.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Almirante Pereira Guimarães, na sessão inaugural de 1º de agosto de 1936.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1936.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado Almirante Pereira Guimarães, na sessão inaugural de 1º de agosto de 1937.** Niterói: Oficinas Graphics do “Diário Oficial”, 1937.

_____. **Mensagem da Presidência do Estado à Assembléia Provincial.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930.

_____. **Relatório da Interventoria ao Exmo Sr. Presidente da República. 1931-1934.** Niterói: Oficinas Graphicas do D.O., 1935. Apresentado pelo Interventor Ary Parreiras em 11/06/1935.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Relatório de atividades.** Niterói: 1954. (Mimeo). (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

FALCÃO, Rubens. **Missões Culturais.** Niterói: Imprensa Oficial, 1951.

_____. **Novos caminhos na educação fluminense.** Niterói: Imprensa Oficial, 1946.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense.** A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta. **A república na Velha Província.** Rio de Janeiro: CPDOC/ Editora FGV/Rio Fundo, 1989.

_____. (Coord.). **Crônica Política do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/ Editora FGV, 1998.

GOMES, Angela de Castro. A escola e a República. In: _____. (Org.). **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GOUVÊA, Maria Cristina S.; SCHUELER, Alessandra F. M. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara, São Paulo, Junqueira & Marin, 2012, p. 329-361.

GURGEL, Heitor. **O Governo Amaral Peixoto (1937-1945).** Subsídios para a história político-administrativa do Estado do Rio. Rio de Janeiro: [s. n.], 1950.

HEES, Martha Pereira das Neves. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro:** Jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

HORTA, José Silvério B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 104, jul. 1998.

LEAL, Carlos Eduardo; COUTO, André. O Fluminense [verbete]. In: ABREU,

Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2012.

MOREIRA, Regina da Luz; SOUSA, Luís Otávio de; PEIXOTO, Ernani do Amaral. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2012.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. **O que fez Amaral Peixoto pelo Estado do Rio em dois governos: de 1937 a 1945 e de 1951 a 1954**. Rio de Janeiro: PSD 1962.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. **Artes na política: diálogo com Amaral Peixoto**. Organização de Aspácia Camargo et al. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

QUARESMA, Márcia da Silva. **As Escolas Praianas no Estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REVISTA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Construção de prédios escolares no Estado do Rio de Janeiro**, v. XXII, n. 56, out.-dez. 1954. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BAE27C134-ACCC-46C2-88F5-EAD3DF71B6A3%7D_n%C2%BA_56_V._22.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIZZINI, Irma; BARROS, Raquel de Souza. Articulações entre a política e a educação no processo de expansão da escolarização primária no interior fluminense (1937-1954). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 2 (32), p. 98-129, maio/ago. 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “A grandeza da Pátria e a riqueza do Estado”: expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, UFMT, n. 41, set./dez. 2010.

_____; MAGALDI, Ana Maria B. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 43-66, jan./jun. 2009.

SOUZA, Rosa Fátima. Os Grupos Escolares e a História do Ensino Primário na Primeira República. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, UFMT, v. 34, p. 273-283, 2008.

_____. (Coord.). **Por uma teoria e uma história da escola primária graduada no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950). Projeto Integrado de Pesquisa, financiado pelo CNPq, Edital Universal MCT/CNPq n. 15/2007. (2008-2011).

_____. **Templos de civilização** – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

_____; FARIA FILHO, Luciano. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso**: o Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

VIDAL, Diana. (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Dossiê: Trabalho e Educação, Revista da Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, v. 33, junho de 2001.

Recebimento em: 20/05/2013.

Aceite em: 17/10/2013.